

## O poder político da sociedade civil ao Estado e o *Homo oeconomicus*

Natália Pereira Ribeiro da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo principal a compreensão e análise da noção de “sociedade civil” abordada pelo filósofo francês Michel Foucault no curso *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, onde Foucault se propõe à análise dos princípios teóricos do liberalismo. Dando ênfase especificamente às suas últimas aulas do curso *Nascimento da biopolítica*, que traz a análise da ideia de “*Homo oeconomicus*”, como “sujeito de interesse” distinto do “sujeito de direito”, e da noção de sociedade civil, correlativa da tecnologia liberal de governo. Como ideias contrapostas no pensamento liberal clássico, a sociedade civil aparecerá em oposição ao Estado, como a natureza ao artifício, ou o espontâneo ao forçado.

**Palavra-chave:** Foucault – Poder político – Sociedade civil – Sujeito de interesse

### Political power from civil society to the State and *Homo oeconomicus*

**Abstract:** The main objective of this work is to understand and analyze the notion of "Civil Society" addressed by the French philosopher Michel Foucault in the course *Birth of biopolitics: Course at the Collège de France (1978-1979)*, where Foucault proposes the analysis of theorists to do liberalism. Specially, specifically as the last two classes of the *Birth of Biopolitics* course, which brings an analysis of the idea of *Homo oeconomicus*, as a "subject of interest" distinct from the "subject of law", and the notion of civil society, correlative of the liberal technology of government. As opposing ideas in classical liberal thought, civil society models the State in negative terms, as nature does to the artificial, or the spontaneous to the forced.

**Keywords:** Foucault – Political power – Civil society – Subject of interest

---

<sup>1</sup> Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ser.naty@hotmail.com

## O poder político da sociedade civil ao Estado

A invisibilidade é absolutamente indispensável. É uma invisibilidade que faz que nenhum agente econômico deva e possa buscar o bem coletivo.

Nenhum agente econômico, mais é necessário sem dúvida ir mais longe. Não somente nenhum agente econômico, mas nenhum agente político. Em outras palavras, o mundo da economia deve ser obscuro e é necessariamente obscuro para o soberano, e isso de duas maneiras. De uma maneira que já conhecemos, não vale a pena insistir muito nela, a saber, que, como a mecânica econômica implica que cada um siga seu próprio interesse, há que deixar, portanto, cada um fazer. O poder político não deve intervir nessa dinâmica que a natureza inscreveu no coração do homem<sup>2</sup>.

Os economistas liberais propuseram a ideia da sociedade civil no século XVIII no intuito de limitar a esfera de ação do Estado, concebendo-a como lugar de processo econômico autônomo. Foucault analisará o paradoxo que essa relação entre ambos constitui. Sua análise nos conduz para uma descrição da sociedade atravessada por uma série de forças, onde o liberalismo, a partir dos séculos XVI e XVII tentará regular, conformar o poder político, pelo cálculo das forças, das relações, das riquezas, cálculos dos fatores de poder.

O filósofo alemão Carl Schmitt em sua crítica à tentativa de apagamento do político pelo liberalismo estabelece uma afirmação “existencial” do “político”, o pensador defende a tese de que a política é inevitável e indestrutível e existiria mesmo com o desaparecimento do Estado. O liberalismo procurará por um lado regular o poder político pela racionalidade do Estado e por outro lado, pela racionalidade dos que são governados. Nesse sentido, trata-se de uma arte de governar baseada no comportamento racional dos governados, indivíduos que buscam meios para satisfação dos seus interesses e desejos individuais, constituindo-se como sujeitos políticos e morais de suas próprias condutas. Segundo essa concepção de indivíduo, faz-se necessária a análise para evidenciar como e de que modo o sujeito político é, em larga medida, “fabricado” por essas técnicas e dispositivos.

A verdade é que, em toda parte, “cidadão” quer menos e menos dizer “indivíduo político enquanto participante do poder”, e cada vez mais “indivíduo político enquanto codificado pelo poder, determinado inteiramente por ele, produzido por ele”. É por isso que a repolitização da sociedade não é, absolutamente, incompatível com o apolitismo dos indivíduos, entendendo por isso a sua exclusão (por princípio ou de fato – pouco importa) da esfera das decisões políticas<sup>3</sup>.

Nas origens do pensamento liberal, em meados do século XVII, aparece a contraposição da sociedade política, às instituições do poder soberano, distinta da sociedade civil, que constitui um campo de relações sociais não jurídicas. A sociedade civil se

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 381.

<sup>3</sup> LEBRUN, *O que é o poder*, p. 26.

configurará então como elemento constitutivo da tecnologia de governar pelos governados. Foucault no curso *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, especificamente na aula de 21 de janeiro de 1976, apresentará a teoria da soberania através do modo como esta pressupõe o sujeito, tentando mostrar como um sujeito, entendido como indivíduo dotado, naturalmente, ou por natureza de direitos, pode e deve se tornar sujeito, mas ao mesmo tempo sujeitado numa relação de poder.

Digamos que, de uma maneira ou de outra – e conforme, evidentemente, os diferentes esquemas teóricos nos quais ela se desenvolve –, a teoria da soberania pressupõe o sujeito: ela visa fundamentar a unidade essencial do poder e se desenvolve sempre no elemento preliminar da lei. Tríplice “primitivismo”, pois: o do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada. Sujeito, unidade do poder e lei: aí estão, creio eu, os elementos entre os quais atua a teoria da soberania que, a um só tempo, os confere a si e procura fundamentá-los<sup>4</sup>.

Foucault parte da própria relação de poder, de dominação, ao invés de analisar o poder sobre o viés da tríplice elementar da soberania, do sujeito, da unidade e da lei, ressaltando desse modo como são as relações de sujeições efetivas que fabricam sujeitos. É importante esclarecer que, sob o viés interpretativo de Oswaldo Giacóia em sua análise acerca de “Foucault, Nietzsche e o problema do poder”<sup>5</sup>, as relações de poder, não são sinônimos de relação de dominação, ao contrário, elas consistem justamente no conjunto das estratégias permanentemente reversíveis onde se definem quem controla, dirige e determina a conduta do outro. São, portanto, “tecnologias”, ou seja, técnicas para o governo ou a direção das condutas. É preciso então diferenciar o que se entende por relações de poder e o que se entende por um sentido usual de poder, que Foucault denominará como estados de dominação. Segundo Giacóia, Foucault se concentra em entender o que são as “relações de poder”, examinando-as concretamente em seu exercício, através dos seus efeitos produzidos em uma trama de relações. Ele o faz a partir das relações de mando e obediência, das relações de sujeição e submissão entre diferentes sujeitos. Portanto, para que exista relação de poder, é necessário que existam dois polos, o polo do exercício de um domínio e o polo de resistência a dominação.

Segundo Foucault, na aula de 21 de janeiro de 1976 do curso *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, o sujeito desse discurso histórico-político afirmará “eu” ou “nós” no sentido de valer “seus” direitos, “*são nossos direitos*”, direitos singulares, fortemente marcados por uma relação de propriedade, conquista, vitória e de natureza, será o direito de sua família, raça, o direito de sua superioridade, ou anterioridade, o direito das invasões triunfantes ou das ocupações recentes ou milenares. Para o filósofo o que se tem, portanto, é um discurso histórico e político com pretensão à verdade e ao justo direito, a

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*, p. 50.

<sup>5</sup> Aula com o professor e pesquisador Oswaldo Giacóia sobre “Foucault, Nietzsche e o problema do poder”, no canal Agenciamentos Contemporâneos, transmitida em fevereiro de 2021. Disponível em: [https://youtu.be/UAb9EUPvU\\_0](https://youtu.be/UAb9EUPvU_0). Acesso em: 30 Mar. 2021.

partir de uma relação de força, visando o próprio desenvolvimento e excluindo desse modo o sujeito da universalidade jurídico-filosófica. Essa perspectiva da soberania da sociedade política será relevante para Foucault analisar o liberalismo como uma nova razão governamental que estabelecerá uma transformação fundamental nas relações entre direito e prática governamental, estabelecendo uma limitação interna a arte de governar, e, por outro lado, pela utilidade da ação governamental.

No curso *Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)*, na aula de aula de 5 de Abril de 1978, Foucault descreve uma naturalidade oposta justamente à artificialidade da política, da razão de Estado. Considerando como “natureza” especificamente as relações dos homens entre si, ao que acontece espontaneamente quando eles coabitam, quando estão juntos, quando intercambiam, quando trabalham e quando produzem algo<sup>6</sup>. Essa naturalidade ainda não havia sido evidenciada até então, mas começa a ser pensada e analisada como “*a naturalidade da Sociedade*”.

A sociedade como uma naturalidade específica à existência em comum dos homens, é isso que os economistas, no fundo, estão fazendo emergir como domínio, como campo de objetos, como domínio possível de análise, como domínio de saber e de intervenção. A sociedade como campo específico de naturalidade própria do homem: é isso que vai fazer surgir como vis-à-vis do Estado o que se chamará de sociedade civil. O que é a sociedade civil, senão precisamente esse algo que não se pode pensar como sendo simplesmente o produto e o resultado do Estado? Mas tampouco é algo que é como que a existência natural do homem. A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascidas no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado. De que o Estado deve se ocupar? O que ele deve tornar a seu encargo? O que ele deve conhecer? O que ele deve, se não regulamentar, pelo menos regular, ou de que ele deve respeitar as regulações naturais? Não de uma natureza de certo modo primitiva, nem tampouco de uma série de súditos indefinidamente submetidos a uma vontade soberana e sujeitável as suas exigências. O Estado tem a seu encargo uma sociedade, uma sociedade civil, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar<sup>7</sup>.

Na entrevista Foucault estuda a Razão de Estado de 1979, é possível observar uma transformação fundamental em relação a uma razão de Estado habituada apenas a lidar com súditos. O pensador nos mostra o momento histórico em que o Estado moderno começou a se interessar e se preocupar com o indivíduo, momento em que há uma “racionalização da gestão do indivíduo”, onde o Estado começa a se interessar pela saúde física e mental dos indivíduos. O tema escolhido por Foucault para introdução do seu curso de 1978-1979 foi justamente o conceito de “Biopolítica”, que se compreende pelo processo de racionalização, desde o século XVIII, dos problemas postos à prática governamental. Questões diretamente relacionada aos fenômenos próprios da população, problemas relacionados a “saúde, higiene,

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*, p. 470.

<sup>7</sup> FOUCAULT, *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*, p. 470.

natalidade, longevidade e raças”<sup>8</sup>. Portanto, Foucault se propõe em seus estudos a analisar a relação que há entre os conjuntos de técnicas de poder e de formas políticas e sociais: “Meu trabalho não tem como objetivo uma história das instituições ou uma história das ideias, mas a história da racionalidade, tal como ela opera nas instituições e na conduta das pessoas”<sup>9</sup>. Foucault mostra que a economia política é o instrumento intelectual e ao mesmo tempo o princípio que orientará a autolimitação das práticas governamentais, atrelada a outro limite da ação governamental, que concerne à natureza dos governados, o sujeito se constituirá ao mesmo tempo como sujeito de direito e sujeito econômico movido pela busca de seu interesse.

Nesse momento, esclarece Foucault na aula de 18 de janeiro de 1978 do curso *Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)*, entrará em jogo um novo sujeito político alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos anteriores, a “população”, vista como sujeito coletivo. Ela aparecerá tanto como objeto quanto como sujeito, coincidindo com a antiga noção de “povo”. No resumo do seu curso o Nascimento da Biopolítica (1978-1979), Foucault indaga sobre como ocorreu essa transformação, no interior de um sistema que se ocupava apenas com o “respeito dos sujeitos de direito e liberdade dos indivíduos”, passar a se preocupar agora com o fenômeno da população. Como e quando os efeitos e os problemas específicos da população, começaram a ser levado em conta? Em nome do quê e de quais regras eles puderam ser administrados? É em busca de responder tais questões que Foucault se debruça sobre a história do liberalismo europeu desde o século XIX. E a partir de 1977, juntamente com seu interesse pelo liberalismo, o filósofo coloca em questão a passagem dos “direitos dos governados” para os “direitos dos homens”.

Essa cesura no interior do que constituía a totalidade dos súditos ou dos habitantes de um reino, essa cesura não é uma cesura real. Não vai haver uma coisa e outra. Mas é no próprio interior do saber-poder, no próprio interior da tecnologia e da gestão econômica que vamos ter esse corte entre o nível pertinente da população e o nível não-pertinente, ou ainda, o nível simplesmente instrumental. O objetivo final vai ser a população. A população é pertinente como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade dos indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população<sup>10</sup>.

Segundo Foucault, o povo passará a se comportar diante dessa gestão da população no próprio nível dela, como se não pertencesse, não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo, recusando, desse modo, a ser população o que conseqüentemente vai desajustar o sistema. No manuscrito da aula de 10 de janeiro de 1979<sup>11</sup> do curso Nascimento da Biopolítica (1978-1979), Foucault esclarece como se deu essa duplicação no modo como os sujeitos são vistos. Com a emergência da economia política e a introdução de um novo

<sup>8</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 431.

<sup>9</sup> MOTA, “Michel Foucault: Estratégia, Poder-saber”, p. 319.

<sup>10</sup> FOUCAULT, *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*, p. 56.

<sup>11</sup> Em nota do Manuscrito da primeira aula de 10 de janeiro de 1979, p. 28.

princípio limitativo da prática governamental, os sujeitos de direitos que antes viviam sobre o exercício de uma soberania política, passam a ser considerados como uma população que um governo deve administrar.

Gerard Lebrun em *O que é o poder* afirmará que o liberal se utiliza dessa existência de sociabilidade fora da esfera política para justificar que o “povo”, os “indivíduos”, possuem uma existência distinta do poder “legislativo”, o poder jurídico, o que normaliza, a partir de então, considerar que o poder legislativo esteja sendo exercido, efetivamente em vista do bem público. Ou seja, se existe uma sociabilidade natural, consequentemente a comunidade política não resulta de uma desnaturação, então o poder passa a ser só uma função, cuja qual o bom ou mau desempenho compete aos governados avaliar. O sentido do poder político não será mais manter de rédea curta os interesses particulares, ou reprimir um frenesi natural sempre a ponto de irromper<sup>12</sup>. Segundo Lebrun, a liberdade com relação ao Estado reivindicada pelo liberal não será a liberdade do cidadão mediatizada pelo Estado, mas sim a preservação da esfera privada do indivíduo contra as ingerências do poder, não é necessariamente uma liberdade individual metafísica que interessa ao liberal, mas a independência da sociedade civil, a independência do indivíduo natural, o *homo oeconomicus*, o sujeito de interesse liberal.

O liberalismo, em sua consistência moderna, começou quando, precisamente, foi formulada essa incompatibilidade essencial entre, por um lado, a multiplicidade não-totalizável dos sujeitos de interesse, dos sujeitos econômicos e, por outro lado, a unidade totalizante do soberano jurídico. [...] De fato, o mundo político-jurídico e o mundo econômico aparecem, desde o século XVIII, como mundos heterogêneos e incompatíveis. A ideia de uma ciência econômico-jurídica é rigorosamente impossível e, aliás, efetivamente, nunca foi constituída. Ao soberano jurídico, ao soberano detentor de direitos e fundador do direito positivo a partir do direito natural dos indivíduos, o *homo oeconomicus* é alguém que pode dizer: tu não deves, não porque eu tenha direitos e tu não tens o direito de tocar neles; isto é o que diz o homem de direito, o que diz o *homo juridicus* ao soberano: tenho direitos, confiei alguns a ti, tu não deves tocar nos outros, ou: confiei-te meus direitos para este ou aquele fim. O *homo oeconomicus* não diz isso. Ele diz também ao soberano, é verdade: tu não deves; mas diz ao soberano: tu não deves, por que? Tu não deves porque não podes. E tu não podes no sentido de que “tu és impotente”<sup>13</sup>.

Embora os sujeitos sejam ao mesmo tempo, tanto sujeitos de direitos quanto sujeitos econômicos eles não são governáveis nem a um título nem a outro. Por isso, na aula de 28 de março de 1979 do curso *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France* (1978-1979), Foucault esclarece que foi preciso definir um conjunto para os envolver ao mesmo tempo enquanto sujeito de direito e sujeito econômico, desse modo a sociedade civil surge no

---

<sup>12</sup>LEBRUN, *O que é poder*, p. 30.

<sup>13</sup>FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France* (1978-1979), p. 384.



discurso liberal na tentativa de responder a esses problemas, limitando assim a arte de governar sem submetê-la nem ao elemento econômico, nem ao elemento jurídico.

### ***Homo oeconomicus*: O sujeito de interesse Liberal**

O artigo *Revisando Foucault: Homo politicus e Homo oeconomicus*, traz a tradução do terceiro capítulo da obra *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, onde a pensadora Wendy Brown procura compreender o que é e como se configura o *Homo oeconomicus*, e em que medida sua emergência subjugou outras configurações e interpretações do humano. Em sua leitura crítica a teorização do *homo oeconomicus* nas aulas de Foucault sobre o neoliberalismo no Curso no *Collège de France*, Brown se indaga sobre o porquê de Foucault não ter tratado do *homo politicus*, que segundo a pensadora, seria o locus da soberania popular que consegue resistir à hegemonia do *homo oeconomicus*.

Quem e o que é o *homo oeconomicus* – o que o direciona e recompensa, em qual contexto ele opera, sua relação consigo e com os outros – depende do amoldamento da vida econômica em tempo e espaço determinados. Embora Foucault esteja atento a esse problema (afinal, aprendemos a pensar assim com ele), há dois aspectos importantes nos quais ele deixa de levar a cabo todas suas implicações nas aulas sobre neoliberalismo. Primeiro, através dos esquemas clássicos e neoliberais, Foucault mantém como uma constante a noção de que o *homo oeconomicus* é um homem de interesse ou, como ele expressa, “um sujeito de interesse dentro de uma totalidade que o escapa e que não obstante encontra a racionalidade de suas escolhas egoístas”<sup>14</sup>. De acordo com Foucault, o que “caracteriza o *homo oeconomicus*” é ele ser conduzido pelo interesse e “sua ação ter um valor multiplicador e benéfico pela intensificação do interesse”<sup>15</sup>. [...] O *homo oeconomicus* é feito, não nasce como tal, e opera em um contexto repleto de risco, contingência e potencialmente de mudanças violentas<sup>16</sup>.

Segundo Brown, o reconhecimento de Foucault dos conceitos variáveis da economia em geral e do homem econômico, em particular, é extremamente relevante para compreensão da peculiaridade das conceptualizações neoliberais de ambos. No entanto, a pensadora enaltece a falta de algumas características em seu relato que o impede de extrair, deste reconhecimento, suas consequências para a vida política contemporânea e para pensar os sujeitos políticos.

Foucault na tentativa de encontrar as tecnologias de poder que coexistem com a representação jurídica do poder, estabelece uma crítica à função do aspecto jurídico do poder político enquanto representação e força. Nesse sentido sua análise por meio da noção de governo, ou “governamentalidade”, nos permite analisar o poder político antes da própria relação de poder. Diogo Sardinha em seu artigo *Um silêncio de Foucault sobre o que é a política*

<sup>14</sup> FOUCAULT, “The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France”, p. 278.

<sup>15</sup> FOUCAULT, “The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France”, p. 276.

<sup>16</sup> BROWN, “Revisando Foucault: homo politicus e homo oeconomicus”, p. 268.

afirma que a governamentalidade é uma nova dimensão, revelada por Foucault através do estudo do liberalismo. Estudo no qual se revela a possibilidade de os seres humanos fazerem coletivamente algo de si mesmos enquanto seres de livre atividade, possibilitando examinar de que modo as rupturas no jogo político, enquanto decorrem de resistências ativas, permitiram iniciar novos jogos, com regras e participantes diversos dos que existiam até então<sup>17</sup>.

Na linguagem de Foucault, diríamos que uma sociedade perdura por via do jogo entre governamentalidades, mas, apesar disso, ela reserva um espaço e um tempo para os enfrentamentos políticos que vêm perturbar ou até mesmo interromper esse jogo. Assim, o ato que afeta atua sobre o que está presente como jogo que se desenrola: o ato que faz a atualidade é o acontecimento que importuna o jogo presente, isto é, a ordem que pretende manter-se. Contudo o ato político é isso mesmo: um ato precário, por conseguinte efêmero<sup>18</sup>.

Segundo Sardinha, fazer uma análise do exercício da governamentalidade significa examinar de que modo se dão as rupturas no jogo político, de que modo elas decorreram de resistências ativas e como permitiram iniciar novos jogos, com regras e participantes diversos dos que já existiam, desse modo é importante indagar que formas elas adquirem, a fim de definir novas modalidades de luta ou de resistência.

A análise da governamentalidade como generalidade singular implica que "tudo é político", ou seja, daí pode-se considerar duas formulações: tudo é político pela natureza das coisas; tudo é político pela existência dos adversários. Desse modo, poderíamos pressupor o seguinte questionamento, seria possível pensar o político a partir da sociedade civil? A partir da noção de "Sociedade Civil", seria possível chegar à compreensão do fenômeno "político" sem legitimidade, sem via jurídica?

Foucault apontará na aula de 4 de abril de 1979 do curso *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, o texto de Ferguson com o título de *Essai sur l'histoire de la société civile* como fundamental, pois considera sua noção de sociedade civil como matriz permanente do poder político. Foucault considera esse texto bem próximo ao de Adam Smith, o *Ensaio sobre a riqueza das nações*, aliás, no caso a palavra "nação" em Adam Smith se remete em certo sentido à noção de sociedade civil em Ferguson. "A sociedade civil de Ferguson é de fato o elemento concreto, a globalidade concreta no interior da qual funcionam os homens econômicos que Adam Smith procurava estudar<sup>19</sup>".

Dessa sociedade civil de Ferguson, o pensador afirma que é possível destacar algumas características essenciais, primeiramente a sociedade civil entendida como constante histórico-natural; em seguida a sociedade civil como princípio de síntese espontânea; assim como a sociedade civil como matriz permanente de poder político; e, por fim, a sociedade civil como elemento motor da história.

A sociedade civil como constante histórico-natural nos mostra que não há nada a buscar antes da própria sociedade civil, até mesmo por que se algo existe, nos é

<sup>17</sup> SARDINHA, "Um silêncio de Foucault sobre o que é a política", p. 107.

<sup>18</sup> SARDINHA, "Um silêncio de Foucault sobre o que é a política", p. 106.

<sup>19</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 405.



absolutamente inacessível, anterior ao que faz a humanidade do homem, ou seja, não é possível colocar a questão da não-sociedade. O social faz parte do natural, e está sempre veiculado pelo social. Logo, temos o princípio de que a sociedade civil é, assim, uma constante histórico-natural para a humanidade. A sociedade civil assegura também a síntese espontânea dos indivíduos, deste modo, não há instituição de contrato, não há união voluntária, não há nenhuma renúncia e nem delegação de direitos naturais entre os indivíduos, portanto, não há constituição de soberania por nenhum tipo de pacto de sujeição. Na verdade, o que há na sociedade civil é a realização de uma síntese, por uma soma das satisfações individuais no próprio vínculo social, onde há reciprocidade entre os elementos e o todo. Ferguson afirma que não se pode considerar que um indivíduo seja feliz se o conjunto no qual ele faz parte não for feliz. Nesse sentido, o coeficiente do bem ou do mal só pode ser pensado a partir da reciprocidade da posição da qual o sujeito ocupa no todo, no papel que desempenha e do efeito que produz.

[...] na página 50 do primeiro volume dessa *Histoire de la société civile*, Ferguson escreve o seguinte: nunca o vínculo entre os indivíduos é mais forte do que quando o indivíduo não vê interesse direto nele; nunca o vínculo é mais forte entre os indivíduos do que quando se trata, vamos dizer, de se sacrificar, por exemplo, ou de ajudar um amigo ou de preferir ficar na sua tribo a ir buscar alhures abundância e segurança<sup>20</sup>.

Foucault também ressalta, na aula de 4 de abril de 1979 do curso *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, que a racionalidade econômica do sujeito de interesse corresponde exatamente a segunda característica da sociedade civil, uma síntese espontânea que é ao mesmo tempo motivo de associação e dissociação, no interior do qual o vínculo econômico encontra seu lugar, e ao mesmo tempo esse vínculo econômico ameaça separar. Por exemplo, se o sujeito econômico vê que pode lucrar mais, comprando trigo no Canadá e vendendo na Alemanha, ele faz isso. Faz isso porque sai ganhando, e a seu ver todo mundo vai sair ganhando. Em compensação, os vínculos da sociedade civil fazem que prefiramos permanecer em nossa comunidade, mesmo encontrando abundância e segurança em outras comunidades. Logo, num estado comerciante, em que se supõe que os indivíduos conheçam a própria extensão do interesse que tem na conservação do seu país, é nele, que há de se supor que esse indivíduo se encontre isolado, pois ele se conscientizou do objeto que o põe em constante concorrência com seus semelhantes. Foucault também apresenta na aula de 4 de abril de 1979, outro aspecto relevante da sociedade civil, ela como matriz permanente do poder político. Ou seja, como não há necessariamente um pacto para vincular os indivíduos na sociedade, não há, portanto, renúncia aos direitos e muito menos aceitação de algum tipo de soberania. Desse modo, Foucault questiona se não há no interior da sociedade civil algum modo que possibilite ao poder político se manifestar e atuar: “*Há formação espontânea de poder – formação espontânea de poder que se realiza como?*”<sup>21</sup>

Foucault esclarece que o próprio vínculo de fato, que vai ligar entre si dois indivíduos concretos e diferentes, é o meio pelo qual o poder político atuará, essa diferença se traduzirá

<sup>20</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 411.

<sup>21</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 414.

por certo número de papéis diferentes que eles vão ter na sociedade, tarefas diferentes que vão assumir. Essas diferenças espontâneas vão induzir imediatamente nas divisões do trabalho, na produção e no processo pelo qual as decisões de conjunto são tomadas pelo grupo, onde uns vão opinar, outros darão ordem, outros refletiram e do mesmo modo haverá os que obedeceram.

“Anteriormente a toda instituição política”, diz Ferguson, “os homens são dotados de uma variedade infinita de talentos. Se você os puser juntos, cada um encontrará seu lugar. Eles vão, portanto, aprovar ou criticar ou decidir todos juntos, mas examinam, consultam e deliberam em porções mais seletas; como indivíduos, assumem ou deixam de assumir a supremacia”. Ou seja, a decisão do grupo aparece de fato na sociedade civil como a decisão de todo o grupo, mas quando se observa mais apuradamente como a coisa acontece: as coisas aconteceram, diz ele, por “porções mais seletas”. Como indivíduos, uns assumiram a supremacia e os outros deixaram que assumissem a supremacia sobre eles. Por conseguinte, o fato do poder precede o direito que vai instaurar, justificar, limitar ou intensificar esse poder. Antes que o poder se regule, antes que ele se delegue, antes que ele se estabeleça juridicamente, ele já existe. “Seguimos um chefe antes de pensarmos em discutir suas pretensões ou de estabelecermos as formas para a sua eleição; e foi só depois de terem cometido muitos erros na qualidade de magistrados [ou] de súditos que os homens decidiram sujeitar o próprio governo a regras”. A estrutura jurídica do poder vem sempre depois, a posteriori, depois do fato do próprio poder<sup>22</sup>.

Desse modo, para Foucault, a sociedade civil secreta seu próprio poder que não é nem condição primeira e muito menos seu suplemento. Para Ferguson é impossível considerar que os homens eram isolados, e por esse motivo decidiram constituir um poder e ei-los, pois, em estado de sociedade. Não se pode conceber um homem sem linguagem e comunicação com os outros, do mesmo modo que não se pode conceber o homem sem pés e sem mãos, pois isso faz parte da sua natureza. Não se pode dizer tampouco: os homens se agrupam em sociedade e, uma vez agrupados em sociedade, eles imaginam: como seria bom, ou cômodo, ou útil, estabelecer um poder e regulamentar suas modalidades.

Ferguson se contrapõe, deste modo, a análise que se fazia no século XVII e no início do século XVIII. “Um sistema de subordinação”, diz Ferguson, “é tão essencial aos homens quanto a própria sociedade”. Deste modo para Ferguson, não se pode de maneira alguma conceber o homem sem sociedade. Foucault irá considerar essas duas últimas características como ponto primordial de aplicação e motor da história. Pois, se retomarmos esses elementos, por um lado a sociedade civil será síntese e subordinação espontânea, mas ao mesmo tempo existe um elemento que nela toma lugar naturalmente e que também é seu princípio de dissociação, no caso o egoísmo do *homo oeconomicus* e os procedimentos econômicos. Foucault levanta, portanto, a hipótese de que estamos diante de um equilíbrio estável, onde há toda uma mecânica propriamente econômica que mostra como, a partir da

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 413.

sociedade civil e do jogo econômico que ela torna possível, a sociedade traz em si mesma toda uma série de possibilidades de transformações históricas. O princípio dissociativo de associação também é um princípio de transformação histórica, é o que faz a unidade do tecido social ao mesmo tempo que se constitui como o dilaceramento perpétuo do tecido social.

## Conclusão

Seguindo o viés interpretativo de Michel Senellart sobre a situação do curso *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)* de Foucault, concluímos que o objetivo do curso é analisar em que medida o liberalismo é condição de inteligibilidade da biopolítica, por esse motivo, o filósofo se propõe a estudar primeiramente o liberalismo, em sua formação original junto com suas versões contemporâneas, para depois se debruçar sobre problema da política como gestão da vida. Senellart afirma, que Foucault opta por denominar como “liberalismo”, tudo aquilo que no século XVIII aparece como uma nova razão governamental, que se justifica por meio do papel que a liberdade desempenhará na arte liberal de governar. Ou seja, define-se como liberalismo todo o cálculo do risco compatível com o interesse individual e de todos, “o livre jogo dos interesses individual”<sup>23</sup>.

Nos esforçamos no presente estudo em analisar principalmente as duas últimas aulas do curso *Nascimento da biopolítica*, com o objetivo de trazer à tona o nascimento da noção do *homo oeconomicus* interpretado como sujeito de interesse, se diferenciando do antigo sujeito de direito da soberania. Ressaltando também o surgimento da noção da sociedade civil como correlativa da tecnologia liberal de governo.

Portanto, para Foucault a sociedade civil deve ser pensada como instrumento conceitual e ligada a uma tecnologia de governo do liberalismo, cuja medida está atrelada tanto ao aspecto jurídico quanto ao aspecto econômico. Ela aparece materializada no *homo oeconomicus* de Smith e surge como elemento de disputa, como possibilidade de transação, e superfície de transferência no jogo das relações de poder entre governantes e governados. A sociedade civil de Ferguson conjugará dois campos heterogêneos, o campo econômico e o campo social, possibilitando uma nova invenção do social, que não se reduz nem ao jogo jurídico nem ao econômico. Para além de analisar a oposição do conceito de sociedade civil ao Estado, Foucault coloca em evidência o paradoxo que essa relação constitui, já que a sociedade civil representa ao mesmo tempo o “princípio autolimitador do governo liberal” e o “alvo de uma intervenção governamental permanente”. Ou seja, a sociedade civil obriga o governo a refletir sobre o limite do ato de governar, estabelecendo um papel crítico a todo excesso de poder do governo. Do mesmo modo que garante no plano prático a produção, a multiplicação e a garantia das liberdades concedidas. Assim a sociedade civil assume dupla representatividade, como “conjunto das condições de menor governo liberal” e “superfície de transferência da atividade governamental”.

---

<sup>23</sup> SENELLART, “Situação do Curso”. In: FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*, p. 444.

## Referências bibliográficas

- BROWN, W. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. In: *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution* (Nova Iorque: Zone Books / MIT Press, 2015). Tradução de Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibeles Paulino. Revista dois pontos:, Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, pp. 265-288, abril de 2017.
- FOUCAULT, M. 2004. “The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978–79”. Ed. de Michel Senellart, trad. de Graham Burchell. Nova Iorque: Picador. In: BROWN, W. “Revisando Foucault: *homo politicus* e *homo oeconomicus*”. Revista dois pontos:, Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, abril de 2017, 2004.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Coleção tópicos. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Coleção tópicos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Coleção tópicos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- LEBRUN, G. *O que é poder*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTA, M. B. da (org.). “Michel Foucault: Estratégia, Poder-saber”. In: *Ditos e Escritos*, vol. IV. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- SARDINHA, D. “Um silêncio de Foucault sobre o que é a política”. In: CASTELO BRANCO, G; VEIGA-NETO, A. *Foucault: Filosofia & Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- SCHMITT, C. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SENELLART, M. “Situação do Curso”. In: FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a, p. 441-446.